



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS

DIREÇÃO REGIONAL DE ESTRADAS

DIREÇÃO REGIONAL DE ESTRADAS

CP/1/2020-DRE

CONCURSO PÚBLICO

“AQUISIÇÃO DE SINALIZAÇÃO E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA PARA A REDE VIÁRIA REGIONAL”

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS

DIREÇÃO REGIONAL DE ESTRADAS

Nos termos do disposto no artigo 49.º do Código dos Contratos Públicos (CCP):

Todas as referências a normas/homologações e a especificações técnicas nas peças do procedimento devem ser para os devidos efeitos, acompanhadas da menção «ou equivalente»;

As referências a determinado fabrico ou proveniência, a procedimento específico que caracterize produtos ou serviços por determinado fornecedor, ou a marcas comerciais, patentes, tipos, origens ou modos de produção nas peças de devem ser consideradas, para os devidos efeitos, acompanhadas da menção “ou equivalente”



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS

DIREÇÃO REGIONAL DE ESTRADAS

ÍNDICE

1. OBJETO DO CONCURSO	1
2. ENTIDADE ADJUDICANTE E ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR	1
3. ÓRGÃO COMPETENTE PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS	1
4. DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA	1
5. ASSINATURA ELETRÓNICA	2
6. APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS VARIANTES	3
7. NEGOCIAÇÃO DAS PROPOSTAS	3
8. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS	3
9. PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS	3
10. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO	3
11. CRITÉRIO DE DESEMPATE	3
12. PREÇO ANORMALMENTE BAIXO	5
13. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
14. CAUÇÃO	7
15. MODO DE PRESTAÇÃO DA CAUÇÃO	7

ANEXOS:

ANEXO 1 MODELO DE DECLARAÇÃO (ANEXO I-M)

ANEXO 2 LISTA DE PREÇOS UNITÁRIOS

ANEXO 3 MODELO DE DECLARAÇÃO (ANEXO II-M)



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS

DIREÇÃO REGIONAL DE ESTRADAS

“AQUISIÇÃO DE SINALIZAÇÃO E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA PARA A REDE VIÁRIA REGIONAL”

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

1. OBJETO DO CONCURSO

- 1.1. O presente procedimento segue a tramitação do Concurso Público, nos termos do disposto nos artigos 130.º a 154.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), conjugado com o disposto no Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na redação atual, e seu objeto consiste, de acordo com as cláusulas técnicas descritas na parte II do competente caderno de encargos, na contratação, por lotes, para aquisição de sinalização e equipamentos de segurança para a Rede Viária Regional.
- 1.2. Os lotes têm a seguinte designação:
- Lote n.º 1 – Aquisição de Sinais Rodoviários;
- Lote n.º 2 – Aquisição de Tela Refletores e Bandas Sonoras;
- Lote n.º 3 - Aquisição de Tintas;
- Lote n.º 4 – Aquisição de Guardas Metálicas e Dispositivos Proteção de Motociclistas.
- 1.3. Os concorrentes podem apresentar preço para um ou mais lotes, ou para todos os lotes, mas ao apresentarem proposta têm de apresentar preço para todos os itens da lista do(s) respetivo(s) lote(s), sob pena de exclusão.

2. ENTIDADE ADJUDICANTE E ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR

A entidade adjudicante é a Região Autónoma da Madeira, através da Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas – Direção Regional de Estradas, tendo a decisão de contratar sido tomada por sua Excelência o Secretário Regional de Equipamentos e Infraestruturas.

3. ÓRGÃO COMPETENTE PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS

O órgão competente para prestar esclarecimentos é o Júri do procedimento.

4. DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA

- 4.1. A proposta é constituída pelos seguintes documentos, a apresentar por lote:
- a) Declaração do concorrente de aceitação do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do presente programa de procedimento (**Anexo 1**);
- b) Lista de preços unitários, utilizando o formulário do **Anexo 2** a este programa do procedimento e que deverá cumprir o disposto no artigo 60.º do CCP;
- 4.2. Os documentos que constituem a proposta devem nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP ser assinados pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar. Para o efeito, o concorrente deverá juntar os documentos necessários para comprovar a existência de poderes para obrigar do(s) assinante(s) (certidão do registo comercial, procuração ou outro documento de mandato equivalente).



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS

DIREÇÃO REGIONAL DE ESTRADAS

4.3. Na proposta o concorrente deverá indicar os seguintes elementos:

- a) Todos os preços deverão ser expressos em euros, em algarismos e não incluirão o IVA. Quando os preços sejam indicados também por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem sobre os indicados em algarismo. Aos valores apresentados acresce o IVA à taxa legal em vigor.
- b) Os preços totais apresentados terão um máximo de 2 casas decimais e os preços unitários terão um máximo de 3 casas decimais.

5. ASSINATURA ELETRÓNICA

Sem prejuízo do disposto na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, nomeadamente nos artigos 54.º e 68.º:

- a) Cada um dos documentos que constitui a proposta deve, antes do carregamento na plataforma e subsequente submissão, estar já assinado com recurso a assinatura eletrónica qualificada, nos termos das alíneas seguintes;
- b) Os documentos elaborados ou preenchidos pelos concorrentes devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica próprios ou dos seus representantes legais;
- c) Os documentos eletrónicos emitidos por entidades terceiras competentes para a sua emissão, designadamente, certidões, certificados ou atestados, devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica das entidades competentes ou dos seus titulares, não carecendo de nova assinatura por parte do concorrente que os submete;
- d) Os documentos que sejam cópias eletrónicas de documentos físicos originais emitidos por entidades terceiras, podem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica do concorrente que o submete, atestando a sua conformidade com o documento original;
- e) Nos documentos eletrónicos cujo conteúdo não seja suscetível de representação como declaração escrita, incluindo os que exigem processamento informático para serem convertidos em representação como declaração escrita, designadamente, processos de compressão, descompressão, agregação e desagregação, (ex: ficheiro em formato .ZIP), a aposição de uma assinatura eletrónica qualificada deve ocorrer em cada um dos documentos eletrónicos que os constituem;
- f) Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve o concorrente submeter à plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante.

O não cumprimento do disposto no n.º anterior é causa de exclusão da proposta

6. APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS VARIANTES

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

7. NEGOCIAÇÃO DAS PROPOSTAS



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS

DIREÇÃO REGIONAL DE ESTRADAS

As propostas não serão objeto de negociação.

8. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

As propostas devem ser apresentadas na plataforma eletrónica acinGOV, até às **17h00m**, do **17.º** dia a contar da data de **envio do anúncio para publicação no Diário da República**.

9. PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

Os Concorrentes são obrigados a manter todas e quaisquer condições das respetivas propostas, pelo prazo de **120 (cento e vinte) dias úteis**, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

10. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

O critério de adjudicação, para cada lote, é o da **proposta economicamente mais vantajosa** para a Entidade Adjudicante na modalidade avaliação do preço.

11. CRITÉRIO DE DESEMPATE

11.1. No caso de haver propostas, para cada lote, com o mesmo valor global, o desempate será efetuado da seguinte forma:

Lote 1 - A favor da proposta que apresentar o valor para o item 1.3.1 da Lista de Preços Unitários com menor diferença, em valor absoluto, relativamente ao valor médio para o mesmo item de todas as propostas admitidas.

$$\text{Valor médio} = \frac{\text{Proposta 1} + \text{Proposta 2} + \dots + \text{Proposta n}}{n \text{ Propostas}}$$

Lote 2 - A favor da proposta que apresentar o valor para o item 2.2.1 da Lista de Preços Unitários com menor diferença, em valor absoluto, relativamente ao valor médio para o mesmo item de todas as propostas admitidas.

$$\text{Valor médio} = \frac{\text{Proposta 1} + \text{Proposta 2} + \dots + \text{Proposta n}}{n \text{ Propostas}}$$



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS

DIREÇÃO REGIONAL DE ESTRADAS

Lote 3 - A favor da proposta que apresentar o valor para o item 3.3 da Lista de Preços Unitários com menor diferença, em valor absoluto, relativamente ao valor médio para o mesmo item de todas as propostas admitidas.

$$\text{Valor médio} = \frac{\text{Proposta 1} + \text{Proposta 2} + \dots + \text{Proposta n}}{n \text{ Propostas}}$$

Lote 4 - A favor da proposta que apresentar o valor para o item 4.1.5 da Lista de Preços Unitários com menor diferença, em valor absoluto, relativamente ao valor médio para o mesmo item de todas as propostas admitidas.

$$\text{Valor médio} = \frac{\text{Proposta 1} + \text{Proposta 2} + \dots + \text{Proposta n}}{n \text{ Propostas}}$$

11.2. Registando-se ainda um empate, o desempate será efetuado por sorteio com a presença do júri e dos concorrentes interessados, nas seguintes condições:

- a) No dia, local e hora marcada, o sorteio começará com a verificação da identificação dos representantes dos concorrentes, pelos elementos do Júri;
- b) Se não estiverem presentes os representantes de todos os concorrentes, aguardar-se-á um período de 15 minutos, findo o qual será considerada falta de comparência do concorrente que não se fizer representar. Ainda que nenhum dos concorrentes se faça representar o sorteio será sempre realizado na presença dos membros do Júri e do Diretor Regional de Estradas;
- c) De seguida, à vista de todos os presentes, o Presidente do Júri escreverá a designação de cada concorrente com proposta em situação de empate, cada um numa folha de papel. As folhas de papel devem ser de igual cor, tamanho e espessura e deverão ser dobradas de igual forma;
- d) As folhas de papel são colocadas numa bolsa opaca e são agitadas. Um dos presentes, escolhido aleatoriamente, que não o Presidente do Júri, tira um dos papéis da bolsa e lê em voz alta e mostra a designação do concorrente. O desempate será favorável à proposta desse concorrente e havendo mais propostas empatadas proceder-se-á da mesma forma para estabelecer a ordenação das restantes propostas. Deverá ser lavrada Ata, assinada por todos os presentes.

12. PREÇO ANORMALMENTE BAIXO



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS

DIREÇÃO REGIONAL DE ESTRADAS

- 12.1. Considera-se que o preço resultante de uma proposta é anormalmente baixo quando for, em 20% ou mais, inferior ao valor médio das propostas a admitir, não se contabilizando para esse efeito todas as propostas com preço superior ao preço base.
- 12.2. Quando, da aplicação da regra do número anterior, resultar a contabilização de 4 ou mais propostas para o cálculo do referido valor médio, não será também contabilizada para esse efeito a proposta de preço mais baixo (ou uma das propostas de preço mais baixo no caso de terem sido apresentadas mais do que uma proposta com esse mesmo valor).
- 12.3. Sempre que não seja possível aplicar os critérios referidos nos números anterior, considera-se que o preço resultante de uma proposta é anormalmente baixo quando for, em 25% ou mais, inferior ao preço base.

13. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 13.1. O adjudicatário deve apresentar, no **prazo de 10 dias úteis** a contar da notificação da adjudicação, os seguintes documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, de que se encontra nas seguintes situações:
- a) Identificação completa das pessoas que vão assinar o contrato, com junção dos documentos que atribuem poderes para o efeito;
 - b) Documento comprovativo atualizado de se encontrar regularizada a sua situação contributiva para a segurança social ou código de acesso à mesma por via eletrónica;
 - c) Declaração comprovativa atualizada de que tem a sua situação tributária regularizada, passada pela Repartição de Finanças da sede do contribuinte, ou código de acesso à mesma por via eletrónica;
 - d) Certidão do Registo Comercial ou senha de acesso à Certidão Permanente;
 - e) Documento comprovativo de que os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência da empresa e que se encontrem em efetividade de funções, se entretanto não tiver ocorrido a sua reabilitação, não foram condenados por sentença transitada em julgado pela prática de algum dos crimes enunciados nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro (CCP);
 - f) Certificado do registo criminal da empresa;
 - g) Última Declaração de Rendimentos (modelo 3 ou modelo 22, este último acompanhado do Anexo C, caso o adjudicatário tenha exercido nesse período atividade na Região Autónoma da Madeira, bem como enquanto se mantiver em vigor o respetivo contrato) (se aplicável);
 - h) Última Declaração de Rendimentos de Retenções de Residentes (modelo n.º 10) e DMR;
 - i) Anexo Q da última informação empresarial simplificada (IES) (se aplicável);
 - j) Anexo R do IVA da última declaração periódica do IVA;



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS

DIREÇÃO REGIONAL DE ESTRADAS

- k) Se o adjudicatário considerar que não preenche os requisitos para apresentação de algum ou alguns dos documentos referidos nas alíneas de g) a j), da presente lista, deverá obrigatoriamente apresentar declaração sob compromisso de honra que refira expressamente essa situação;
 - l) Anexo II-M (Anexo 3);
 - m) Original do documento de identificação bancária da conta para onde serão efetuados os pagamentos. Este documento deverá ser emitido, carimbado e assinado pelo Banco;
 - n) Fotocópia do cartão de pessoa coletiva;
- 13.2. Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário nos termos do número anterior, será concedido um **prazo adicional de 5 dias úteis**, destinado ao seu suprimento, conforme o disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 132.º do CCP.
- 13.3. Os documentos devem ser redigidos em língua portuguesa, nos termos do n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro.
- 13.4. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada, nos termos do n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro.
- 13.5. Quando o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, os documentos previstos no n.º 1 do artigo 81.º do CCP e na Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro.
- 13.6. De acordo com o n.º 2 do artigo 5.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles documentos podem ser consultados bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos deles constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

14. PEÇAS DO PROCEDIMENTO

As peças do procedimento são disponibilizadas em formato não editável (pdf), exceto a lista de preços unitários que será disponibilizada em formato editável.

15. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Em tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Programa do Procedimento aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação atual e legislação complementar.

Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas

Direção Regional de Estradas

Junho de 2020



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS

DIREÇÃO REGIONAL DE ESTRADAS

Anexos



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS

DIREÇÃO REGIONAL DE ESTRADAS

Anexo 1

(ANEXO I-M)

MODELO DE DECLARAÇÃO

[A que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º, conforme aplicável do Código dos Contratos Públicos e o artigo 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na redação atual]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo -quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)

b)

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos e artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS

DIREÇÃO REGIONAL DE ESTRADAS

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II -M do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação, bem como os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código e artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS

DIREÇÃO REGIONAL DE ESTRADAS

Anexo 2

LISTA DE PREÇOS UNITÁRIOS

LOTE 1 - SINAIS RODOVIÁRIOS				
Designação	Un.	Quant.	Pr. Un.	IVA
Sinais Rodoviários				
Sinais de Perigo (L=0,70 m).				
Passagem de Peões - A16a.	un	100		
Sem símbolos.	un	150		
Sinais de Cedência de Passagem (L=0,70 m).				
Paragem obrigatória - B2.	un	20		
Sinais de Proibição (Ø=0,70 m).				
Trânsito Proibido - C2.	un	100		
Sinais de Obrigação (Ø=0,70 m).				
Obrigação de contornar a placa ou obstáculo - D3a.	un	30		
Rotunda - D4.	un	20		
Sinais de Informação (L=0,70 m).				
Passagem para peões - H7.	un	100		
Setas de direção - J2 (1,45 m x 0,45 m).	un	150		
Baia direcional - O6b. dim.=2,40x0,60m.	un	10		
Baliza de posição - O7a (0,20 m x 1,2 m) sem prumos.	un	20		
Sinais Complementares (Ø=0,70 m).				
Espelhos convexos em polietileno (sem prumos). Ø=0,70m	un	3		
Réguas em alumínio com tela refletora branca (com 1,50m x 0,175m).	un	40		
Calhas perfil IPN 100, galvanizadas, com 4m.	un	10		
Prumos com 3m (0,08m x 0,04m).	un	50		
Marcas Horizontais				
Kit reliband - Bandas sonoras (caixa).	un	60		

LOTE 2 - TELA REFLETORA				
Designação	Un.	Quant.	Pr. Un.	IVA
Tela Refletora				
Tela refletora (1,22 m x 45,7 m).				
Tela branca (rolo).	un	3		
Tela vermelha (rolo).	un	1		

**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS

DIREÇÃO REGIONAL DE ESTRADAS

Tela azul (rolo).	un	1		
-------------------	----	---	--	--

LOTE 3 - TINTAS				
Designação	Un.	Quant.	Pr. Un.	IVA
Tintas				
Tinta acrílica branca para estrada.	L	8 000		
Tinta acrílica amarela para estrada.	L	500		
Tinta de água branca.	L	5 000		
Diluyente	L	800		

LOTE 4 - GUARDAS METÁLICAS				
Designação	Un.	Quant.	Pr. Un.	IVA
Guardas Metálicas e Dispositivos Proteção para Motociclistas (DPM)				
Guardas metálicas, incluindo todos os acessórios necessários à respetiva fixação (parafusos e anilhas).				
Guarda metálica simples, semi-flexível, com 4,0 metros úteis.	un	400		
Prumos C 125 com 1,70 m.	un	500		
Amortecedores.	un	500		
Conjunto de parafusos, porcas e anilhas cada prumo.	cj	500		
Terminais de cauda de carpa.	un	100		
Dispositivo de proteção para motociclistas, incluindo todos os acessórios necessários à sua fixação (parafusos e anilhas).				
Calha de motoguard com 4,0 metros úteis.	un	400		
Apoio de suspensão para calha de motoguard.	un	400		
Conjunto de parafusos, porcas e anilhas para calha de motoguard.	cj	400		
Terminais de entrada para DPM.	un	75		
Terminais de saída para DPM.	un	75		



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS

DIREÇÃO REGIONAL DE ESTRADAS

Anexo 3

(ANEXO II-M)

Modelo de declaração

[A que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos e o n.º 1 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na redação atual]

- 1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
 - 2 — O declarante junta em anexo [ou indica... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos e (quando aplicável) os documentos comprovativos de que cumpriu as obrigações fiscais declarativas cujo conteúdo assume interesse específico para a Região Autónoma da Madeira referidos no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M.
 - 3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
- ... (local), ... (data), ... [assinatura (5)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.
- (4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º